



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Financiamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
*COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*

**XXVI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS**  
**SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2022**

### TÍTULO DO RESUMO

**Indícios de crianças índias e mamelucas em aulas públicas da Bahia -1821 – 1860.**

Willian Bruno Ramos da Silva, graduando na Licenciatura em História UEFS, Bolsista Pibic/UEFS, 2021-2022. E-mail: [bwillian04@gmail.com](mailto:bwillian04@gmail.com)

Profª Dra Ione Celeste Jesus de Sousa, Docente Titular, DCHF, Área de História, sub área de Teoria e Metodologia da Pesquisa em História. E-mail: [icjsousa@uefs.br](mailto:icjsousa@uefs.br)

**Palavras chaves:** aulas; índios; mamelucas; Bahia; província

### INTRODUÇÃO

O projeto objetiva investigar a presença de crianças categorizadas como índias e/ou mamelucas nas aulas públicas da província da Bahia entre 1821 a 1860. Interessa, como primeira Justificativa, a raridade de pesquisas sobre esta questão, concentrados na educação jesuítica Colônia. Em levantamento inicial da Bibliografia sobre “Educação Indígena” ou “Educação dos Índios” nos meios digitais apenas encontrei referências para o Tempo Presente – de 1960 em diante- ou para a Colônia, especificamente antes da expulsão dos jesuítas em 1759. Para o século XIX, em toda sua extensão, referências sobre os projetos de Jose Bonifácio de Andrada e Silva, para as décadas de 1800/1820, no entorno da Chegada da Família Real (1808); no entorno do evento da Revolução do Porto ( 1820 /21) e da Independência do Brasil (1821-1823); na micro conjuntura da elaboração da Constituição (1823/24),

Parti da leitura das proposições derrotadas de Jose Bonifácio de Andrada e Silva para a integração dos índios em 1823 quanto à tutela de crianças índias, *mamelucas* e *cafuzas* e de integração das indígenas com negros libertos ou mesmo escravos como via de os integrar à sociedade nacional(DOLHNIKOFF:2000) para problematizar a Escolarização dessas crianças com a instalação de Aulas Públicas províncias em locais próximos ou de antigos aldeamentos, suspensos em 1821( CANCELA, 2021)

Considerarei o silenciamento e a negação de existência sobre essa população e suas experiências educativas como parte do etnocídio que sofrem desde a chegada dos portugueses colonizadores e que continua agora, com assassinato de sujeitos, lideranças e apoiadores, vide o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Don Philips em junho de 2022. Por exemplo, as aldeias e grupos indígenas na Bahia não desapareceram fisicamente no século XIX. A partir do esforço de historiadores e antropólogos, fontes sobre estes grupos e sujeitos foram recuperadas, relidas e ressignificadas.

Destaco a importância para execução desse Plano de Trabalho as pesquisas do grupo capitaneado por Maria Hilda Baqueiro Paraíso, professora da UFBA, departamento de História, que há quarenta anos se dedica a pesquisa sobre os povos indígenas da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, especialmente os classificados como Macro-Gê, no senso comum os Tapuias, nas temáticas das revoltas indígenas, desde o século XVI ao XX: suas relações com colonizadores na implantação colonial, inclusive a catequese jesuítica; no período da presença holandesa; sobre as representações dos indígenas na genealogia baiana; sobre gênero nas sociedades indígenas; sobre as formas políticas costumeiras entre os indígenas: sobre aldeamentos e diretórios; sobre religiosidades indígenas.

Referente a educação de índios para o século XIX encontrei duas referências, os trabalhos de Luisa Wittmann (2007) e o de Irma Rizzini(2000) que não se focam na Colônia. Ambas tratam de práticas e instituições escolares e asilares que aceitavam crianças indígenas entre 1860 e 1900, a primeira para Santa Catarina e a segunda para o Amazonas e o Pará. As duas encontraram o mesmo objetivo de “civilizar “ os índios através da união educação e religiosidade: em Santa Catarina. Via as ações dos colégios luteranos. No Amazonas e Pará, dos colégios católicos.

Dentre estes dois, o trabalho de Irma Rizzini é o que se insere completamente no campo da História da Educação, e que me serve de guia ao tratar de questões como a casa escola para as aulas primarias: quem era o docente; as matérias ensinadas; a presença religiosa; as relações entre os chefes de aldeia com os inspetores de aula; as queixas dos e contra os docentes; a fiscalização das aulas; as roupas das crianças.

### **MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)**

Nesta proposta de pesquisa para Iniciação Científica a base teórico- metodológica é a micro-história italiana na perspectiva de mapear sinais indiciários (GINZBURG) da presença de crianças índias e mamelucas em razão dos registros serem esparsos, rarefeitos .A orientação da profª Ione Sousa foi realizar uma investigação em diversos fundos de documentação arquivística, disposta em acervos digitais e físicos, sendo que nos últimos não foi possível realizar.

1) O primeiro conjunto de documentos trabalhados foram as Fallas e Relatórios dos Presidentes da província da Bahia, que fazem parte do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional ( 1823, 1828, 1830 a 1861): também os Relatórios de Diretores de Ensino (1849-1861) da Bahia; Relatórios do Ministério do Interior para o ano de 1861.

2) O segundo conjunto de Fontes foi levantado em Pesquisa Bibliográfica nas referências 1,5,6,7,8, 9,10, 13, 15 , que forneceu Quadros de localização de Aldeamentos até 1808, de antigos Colégios Jesuíticos e de Aulas Públicas em Vilas e Arraiais existentes nas regiões de antigos aldeamentos entre 1835 e 1860; Quais as revoltas indígenas deste período do primeiro quartel do século XIX: quais aulas públicas e onde estavam situadas.

3) Um terceiro conjunto documental é constituído por 03 mapas de aula públicas, da província da Bahia, elaborado por professores públicos nas décadas de 1860/70, já fotografado e parte do acervo do grupo Histeice.

### **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)**

Quanto aos resultados, dos quatro Objetivos Específicos propostos, o 1º e 2º objetivos referentes respectivamente ao trabalho de levantamento de evidências quanto a existência de aulas públicas em antigos aldeamentos e sobre a presença de crianças qualificadas como índias ou mamelucas em Mapas de Aulas Publicas pelos docentes, foram alcançados com o cruzamento da metodologia da pesquisa empírico-documental via as FALLAS de presidente da província e 03 mapas de aulas públicas- que já fazem parte do acervo do Grupo Histeice- com a Pesquisa Bibliografia nas referências da Historiografia no campo da História Indígena.

O terceiro Objetivo, referente a performance dessas crianças na Escolarização foi parcialmente alcançado, também pelo uso desses 03 mappas de aula.

Quanto ao quarto não pode ser alcançado pela indisponibilidade de acesso ao Fundo “ Correspondências -Provincial”, no APB durante o auge da COVID -19 e sua continuidade.

No cruzamento dessa Documentação foi possível evidenciar:

- 1)A presença das crianças indígenas, mamelucas e cafuzas nas aulas públicas;
- 2)Que a existiu uma política de instalação de Aulas Públicas nãos locais de antigos aldeamento ou próximos a aqueles, como estratégia de assimilação de povos Indígenas à Sociedade Nacional, mesmo no período de ausência de uma politica de “catequese”,

entre 1821 e 1860, quando foi criado o Ministério do Interior do Império Brasileiro, que se encarregou desses procedimentos.

3) Que seguindo uma estratégia de integração forçada as crianças indígenas e mestiças (heteroidentificadas como Cafuzas e Mamelucas) foram algumas vezes categorizadas nos Mapas de Aulas pelos docentes quanto a **Côr** ou **Qualidade** como **Pardas**, de forma intencional, e assim diluídas no amplo contingente de mestiços, no intuito de as fazer perder sua etnicidade.

4) Que algumas instituições asilares na Capital da província passaram a aceitar meninos índios, mamelucos e cafuzos como internos, nesse intuito de assimilação nacional, assim como na preparação de trabalhadores, caso da Casa Pia de São Joaquim, objeto de minha nova proposta de Trabalho para 2022/2023.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)**

Foi possível realizar os Objetivos 1º e 2º, ampliando o escopo sobre a presença indígena na historiografia Baiana, nesse caso, a partir da escolarização nas aulas públicas. É um importante, ainda que pequeno, conjunto de evidências que apontam à essa presença, parte do conjunto de mitificação de uma anomalia intelectual desses povos e população, mormente no momento histórico que vivemos de retorno ao desrespeito à diversidade cultural, a autodeterminação e a própria sobrevivência das sociedades indígenas.

Infelizmente o 4º objetivo- apreensão de fricções interétnicas entre indígenas e a sociedade abrangente a partir das salas de aula-, não foi possível pela indisponibilidade de acesso a essa documentação pela continuidade de não acesso ao APB .

Contudo, a pesquisa Bibliográfica realizada aponta a essas experiências, foco do novo Plano de Trabalho apresentado e aprovado para 2022-2023.

### **REFERÊNCIAS**

- 1- CANCELA, Francisco. De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1726-1808). Tese (Doutorado em História) – Ssa: UFBA, ;2012
- 2- CASEMIRO, A.P.B. Apontamentos sobre a educação no Brasil colonial. In: SILVA, J. C.A ; LUZ, J.A. R(orgs). História da Educação na Bahia. Ssa: Arcadia;2008. P.17-50.
- 3- DOLHNIKOFF, Miriam (org). Jose Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil.SP. Publifolha e Cia Das Letras:2000.
- 4- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 5- LIMA, Débora Kelman. Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo. Salvador: Ufba; 1991. 98 f.
- 6- LOPES, Rosara Durval Valente.O aldeamento de Santo Antônio de Jesus do Recôncavo da Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Ssa: UFBA. 2008.
- 7- MATTA, Alfredo E. R da. Casa Pia de Orfaos de São Joaquim. Salvador, Secretaria de Cultura: 1999.
- 8- NOBRE, Caroline M. S. "Conservação e Civilização dos indígenas, tarefa digna de um povo Cristão e Civilizado": província da Bahia, 1850-1861. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em História – FSA:UEFS;2017.
- 9- PARAISO, M.H.B.Crianças indígenas e as estratégias de dominação e negociação. Revista do APMG, v. XLVII, p. 78-97, 2011.
- 10- PARAISO, M.H.B.As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de kurukas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Revista de Estudos e Pesquisas – FUNAI-v. 3, p. 41-106, 2006.
- 11- PARAISO, M.H.B. Imigrantes europeus e índios: duas soluções para a questão da substituição da mão-de-obra escrava africana no Brasil na década de 1850. Inquire Revista Cultural Eletrônica, UFBA, v. 2, 2000.

- 12- PARAISO, M.H.B. Repensando a Política Indigenista para os Botocudos no Século XIX. Revista de Antropologia São Paulo, v. 35, p. 75-90, 1992.
- 13- Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (Provincia da Bahia, 1840-1849.) Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=governo%20provisorio&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.br&pagfis=127>  
<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- 14- Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (Provincia da Bahia, 1850-1859) Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=governo%20provisorio&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=775>
- 15- Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (Provincia da Bahia, 1860-1869) Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=governo%20provisorio&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.br&pagfis=3451>
- 16- Relatórios do Ministério do Interior do Império.  
*Brasil. Ministério do Império : Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio (RJ) - 1832 a 1888.*  
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerioimperio/720968>
- 17- REGO, André. Terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia (1822-1862). 2014. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em História) – SSA:UFBA;2014.
- 18- SANTOS, Fabricio Lyrio (org.). Os índios na história da Bahia. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10).
- 19- SILVA, Cecília Maria Ribeiro da. Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo. SSA: UFBA;1991. 87 f
- 20- SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. Sobre o uso da Língua do Príncipe: história social da cultura escrita, reconfigurações linguísticas e populações indígenas na Bahia setecentista. Doutorado em Língua e Cultura, Faculdade de Letras, UFBA, 2019.
- 21- WITTMANN, Luisa T. Entre o giz e a espada. In: O vapor e o Botoque; imigrantes alemães e índios Xokleng no vale do Itajai, SC(1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporanes;2002. P- 93-153.